

## **MEDO E OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

*Débora Regina PASTANA<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo reporta às análises e conclusões formuladas a partir de observações feitas sobre violência criminal no recente período democrático da história nacional e que deram origem a dissertação de mestrado intitulada *Cultura do Medo: Reflexões Sobre Violência Criminal, Controle Social e Cidadania no Brasil*. Essa pesquisa possibilitou reflexões pertinentes a respeito da opinião pública relacionada à segurança, servindo também para um questionamento ético sobre a importância da participação cidadã no processo de consolidação da democracia brasileira e sobre novas formas de dominação existentes em nossa sociedade. Ao destacar como o medo da violência criminal interfere nas nossas relações sociais contemporâneas buscou-se identificá-lo como um instrumento recente de dominação no universo da política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medo. Violência. Criminalidade. Opinião pública. Democracia.

Entendemos o medo como uma forma de exteriorização cultural, principalmente se levarmos em conta as transformações que ele desencadeia. De fato, é por medo que muitas vezes o homem muda seu comportamento e sua forma de se relacionar com o outro, aumentando ou diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos. Por isso o medo é, neste artigo, o veículo que permite compreender alguns valores sociais presentes na sociedade brasileira contemporânea.

Partindo da premissa que vivemos sob o império de uma cultura do medo<sup>2</sup>, buscamos aqui compreender até que ponto nossa sociedade está mergulhada nesse

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP – Brasil. debora.pastana@bol.com.br

<sup>2</sup> Cultura é aqui entendida como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos e como referência à totalidade das práticas sociais coletivas e suas representações simbólicas. Vale ressaltar que a cultura não pode ser concebida como estática e imutável, ao contrário, mostra-se como uma expressão dinâmica das ações e interpretações do grupo social. Nesse sentido a cultura é traduzida como reflexo das mudanças nas relações sociais, desde a esfera da produção econômica até a esfera do imaginário individual/coletivo e das representações de ordem.

ideal e se está ciente do preço cívico que paga por compactuar com uma visão de mundo amedrontada.

Na verdade o medo sempre acompanhou o homem, haja vista a busca permanente de coesão e organização em grupo para se fortalecer e se proteger, ou seja, para enfrentar e eliminar as causas do medo.

Sobre o assunto afirma o historiador Jean Delumeau (1999) que a sensibilidade ao medo é um componente maior da experiência humana, a despeito dos esforços para superá-la. Delumeau, inclusive, identifica algumas formas de medos coletivos ocidentais e afirma que, independente do motivo que causa o medo, a necessidade de segurança é fundamental e está na base da afetividade e da moral humanas.

É oportuno, portanto, visualizar o medo inserido nas transformações políticas e sociais mais recentes da nossa história, para relacioná-lo com suas justificativas e, a partir daí, verificar em que momento começou a se formar, no Brasil, uma verdadeira cultura do medo, no caso relacionada à violência criminal.

A insegurança observada atualmente está cada vez mais ligada à violência criminal, que, por sua vez, promove a base e o fortalecimento dessa cultura. Essas questões – insegurança, violência e medo – vêm ganhando cada vez mais destaque nas discussões políticas, na imprensa, nas universidades e no cotidiano das pessoas, em virtude da maior sensibilidade a elas e da aparente falta de controle de que se revestem

Nesse sentido, essa cultura representa a somatória dos valores, comportamentos e do senso comum que, associados à questão da criminalidade, reproduzem a idéia hegemônica de insegurança e, com isso, perpetuam uma forma de dominação marcada pelo autoritarismo e pela rejeição aos princípios democráticos.

Mas como isso atinge o cidadão cotidianamente? Como ele recebe as informações sobre violência e como ele forma sua opinião sobre o assunto?

Desde a última abertura política o problema social da violência urbana tornou-se secundário diante de um problema ainda mais pungente: o medo generalizado e acentuado do crime. Muito antes dos ataques orquestrados por organizações criminosas paulistas no ano de 2006, a sociedade brasileira, de um modo geral, já se sentia insegura e desprotegida. O medo da violência criminal é expressivo e vem crescendo há pelo menos duas décadas.

Rubem Oliven, já em 1989, lançava em seu livro, *Violência e Cultura no Brasil*, a seguinte indagação: Por que a “violência urbana” passou a ser considerada um problema crônico justamente quando o regime militar começou a entrar em crise? Para ele a ênfase dos meios de comunicação e dos políticos do regime a respeito da necessidade de um maior policiamento visavam criar um clima de tensão permanente que, “longe de ameaçar o sistema, o consolidava” (OLIVEN, 1989, p.18).

Com a anunciada “escalada da criminalidade” pelo governo e pela imprensa, a segurança nacional deu lugar à segurança pública e o que antes incomodava o cidadão, ou seja, a violência institucional<sup>3</sup>, passou a ser mostrada como a única forma de proteção. O cidadão passou a aceitar um controle mais ostensivo temendo não mais o Estado opressor, mas sim o marginal, o bandido

De fato, a preocupação do cidadão com a violência criminal, medida em pesquisas de opinião, começou a se destacar justamente no período de transição para a democracia. Já em 1978, por exemplo, segundo o índice Gallup de opinião pública, 71% dos brasileiros manifestavam o medo de serem vítimas de crimes violentos (KOWARICK; ANT, 1981). Coincidências a parte foi justamente nesse período que os meios de comunicação começaram a abrir espaços cada vez mais amplos para o tema; não apenas documentando acontecimentos como também expressando opiniões e orientações das autoridades ligadas ao Estado.

Desde então o medo associado à criminalidade nas metrópoles como São Paulo tornou-se um problema que se incorporou ao *modus vivendi* da população urbana. É hoje um assunto valorizado pela imprensa e pelas autoridades, determinando também mudanças no comportamento e hábitos sociais.

A opinião pública, por sua vez, fundamental para a identificação das demandas populares, até o momento não foi capaz de verificar se realmente tais anseios se justificam. Em outras palavras é através da opinião pública que a dominação política pode desviar a atenção popular de seus reais problemas. Aí está uma grande armadilha democrática.

Entendemos como opinião pública o pensamento determinante de um ou mais grupos sobre uma questão específica, e sua importância está no fato de ser fundamental na difusão dos valores culturais e, conseqüentemente, das normas de conduta. Mostra-se assim de suma importância tal opinião na sua interação com as instituições de controle social (como o Poder Judiciário, por exemplo), em relação aos anseios sociais. No entanto, essa opinião está inserida no próprio pensamento hegemônico que reproduz uma ideologia autoritária, pautada na disseminação do medo do crime e no recrudescimento do controle social, principalmente do controle penal.

Com o intenso avanço tecnológico, sobretudo no campo das comunicações, a opinião pública, menos do que estimular o pensamento reflexivo, passou a ser ainda mais viciada e manipulada politicamente pela imprensa em vários setores. Na relação entre controle social e violência criminal, o que se vê é um retrocesso, ou seja, uma

<sup>3</sup> Aqui entendida como a violência ilegítima estatal que, combatendo a dissidência política, utilizou da brutalidade oficial para exercer o terror de Estado.

busca por soluções já ultrapassadas, comprovadamente ineficazes, que são legítimas também pela manutenção da idéia do risco<sup>4</sup>.

Sobre este tema explica Hélio Silva (apud VELHO; ALVITO, 1996, p.37) que a experiência cotidiana com o risco cria uma tensão psicológica: “[...] já que o risco é inevitável, mergulhemos no risco como uma forma de aplacar a tensão.”

Esta é uma crítica que se faz ao relatório do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, pois sua abordagem sobre violência criminal foi feita também através do estudo de risco (PINHEIRO, 1999). Segundo o relatório ao se levar em consideração as cidades brasileiras observou-se enormes diferenças nas condições de vida da população, incluindo, inclusive, a maior ou menor incidência de vitimização. Feitas essas observações o Núcleo introduziu a idéia de risco coletivo, avaliando probabilidades de ocorrências criminais em várias regiões do país (PINHEIRO, 1999).

Esse diagnóstico de risco coletivo apresenta-se equivocado na medida que reduz a compreensão do comportamento violento, que não pode ser simplesmente determinado pelas características estruturais do espaço onde ocorre. Tal projeção ignora por exemplo os processos de solidariedade social de cada espaço e, principalmente, as formas delitivas em espécie.

Em outras palavras, cada espaço, ou bairro, tem uma dinâmica diferente, com maior ou menor sociabilidade entre os indivíduos, o que também influi na incidência de crimes em um determinado local. Além disso, essa projeção de risco engloba todos os delitos violentos, entretanto, em alguns locais considerados de alto risco, como Jd. Ângela, bairro de São Paulo, delitos como roubo e seqüestro obviamente são raros. Por fim, ignora-se a violência doméstica que não escolhe classes ou espaços para ser maior.

Todas estas observações nos permitem dizer que o comportamento violento pode ocorrer com maior ou menor freqüência independente do espaço. Outra crítica que se faz ao risco projetado é que não é o número de crimes cometidos que o determina, mas sim o número quantificado. A diferença entre estes dois números, mais conhecida como cifra oculta<sup>5</sup>, é entendida pelos criminólogos como o campo

<sup>4</sup> O risco é um conceito de probabilidade, significando a chance que um indivíduo ou uma população possui de sofrer um dano futuro no seu equilíbrio vital.

<sup>5</sup> Trata-se de uma parcela muito grande dos crimes cometidos que não chegam sequer ao conhecimento da autoridade policial, muito menos do Poder Judiciário. A cifra oculta é também definida como a diferença entre a criminalidade real (quantidade de crimes cometidos num tempo e lugar determinados) e a criminalidade aparente (criminalidade conhecida pelos órgãos de controle), que indica, comprovadamente, acerca de alguns delitos, um percentual substancial, em que não é aplicado o sistema penal e que, em alguns casos, é praticamente absoluto, circunstância que debilita a sua própria credibilidade, ou seja, a credibilidade do sistema penal (CERVINI, 1995). Nesse sentido, o aumento da população prisional, por exemplo, não seria necessariamente o reflexo de um aumento na criminalidade, essa é infinitamente

obsuro de delinquência, que não é conhecida “oficialmente”, nem detectada pelo sistema e, portanto, tampouco perseguida.

Outro aspecto relevante é que a tensão é alimentada pelo risco calculado, todavia, esse cálculo ignora o próprio pânico para avaliar situações de risco. Mais uma vez insistimos que violência e insegurança são problemas sociais distintos, cujas realidades são ignoradas pela análise de risco.

Yves Michaud (1989), ao estudar a violência, afirma que as relações dos indivíduos com os acontecimentos e os fatos passam, em parte, pela experiência direta que eles têm, mas também pelos testemunhos e evidências indiretos que recebem. Por muito tempo essa evidência indireta foi transmitida através do testemunho escrito ou oral, com as incertezas que o acompanhavam. Porém, no mundo contemporâneo, o enorme volume de informação veiculada pela imprensa multiplica as evidências indiretas que a sociedade recebe. Desse modo, parte importante da experiência do mundo passa pelas imagens que nos mostram, como se estivéssemos lá ou como se tivéssemos estado, dando a impressão de que todos os acontecimentos fazem parte da nossa realidade individual.

Segundo Michaud (1989), pesquisas realizadas nos anos oitenta revelavam que poucas pessoas que afirmavam sentir um aumento da insegurança foram elas próprias agredidas ou espancadas, mas ouviram falar de tal ou do que aconteceu em tal lugar. Mesmo pessoas que não foram vítimas de atos violentos interiorizavam representações sobre episódios violentos, quais os sentimentos e a conduta das vítimas e suas reações. O que ocorre nesses casos é uma identificação com a vítima e a apropriação do incidente, o que gera uma sociabilidade da insegurança, pela qual, solidariamente, antecipa-se uma vitimização futura.

Tal constatação encontra respaldo nas análises fenomenológicas de Thomas Luckmann e Peter Berger, ainda na década de setenta. Segundo os sociólogos, teorias enormemente afastadas da experiência concreta da vida cotidiana são corroboradas mais pelo imaginário do que pelo empírico. Assim, o que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a imprensa relata (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Em nome da sociabilidade, do pertencimento, da vida em grupo, os indivíduos comungam de desejos, repressões e representações simbólicas dotadas de uma universalidade abstrata. Assim, sugerimos que o medo independe do risco calculado, mesmo que ele pudesse retratar o real.

maior do que qualquer estatística possa averiguar. Assim, o aumento de encarceramento não traduz o número real de criminosos que, de fato, é desconhecido.

Por essa razão, o que observamos atualmente é a utilização política e econômica da idéia de risco para influenciar a opinião pública a legitimar posturas autoritárias, estimulando também o consumo relacionado à insegurança.

Cada vez mais as cidades assumem feições ditadas por uma “arquitetura do medo” – muros altos, cercas em volta das residências, alarmes e sofisticados sistemas de segurança, assim como se verificam outros fenômenos correlatos: crescimento visível das empresas privadas de vigilância, elevada quantidade de armas de fogo em circulação, êxodo de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho pressupõe-se elevado, além de outros mecanismos de autoproteção. Diante disso, os indivíduos e as instituições moldam seus comportamentos à nova realidade e reorientam-se para conviver com o medo e a insegurança, sob a tensão e a expectativa de serem vítimas de ofensas criminais.

Tulio Kahn<sup>6</sup> (1999, p.04) afirma que o estresse e o medo por causa da violência têm provocado a perda da qualidade de vida. “As pessoas saem menos de casa, deixam de freqüentar cinemas, bares, restaurantes e os alunos deixam de freqüentar cursos noturnos.”

Pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas (ILANUD) realizada na década de 90 indicava ainda que 8% dos moradores da capital tinham armas de fogo em suas residências; 27% das casas e apartamentos tinham fechaduras especiais para portas; 31% tinham cão de guarda; 28% dos carros possuíam alarmes e 23%, trava de direção ou câmbio; 45% dos habitantes costumavam evitar certas ruas, locais ou pessoas por questões de segurança. Outros 49% sentiam-se inseguros ao andar pela vizinhança depois de escurecer e 35% acreditavam que poderiam ser vítimas de tentativa de arrombamento em suas casas ou de assaltos nos próximos meses (KAHN, 1999).

Exatamente sobre esse alarme social tratava a revista *Veja* em reportagem feita em junho de 2000. Tal matéria jornalística alimentava o pânico pedindo socorro, afirmando que a criminalidade no Brasil batia recorde e apavorava a sociedade; e concluindo que “os governantes não conseguiam vencer os bandidos” (SECCO, 2000, p.132).

Conclusões semelhantes a essa ou frases como “estamos perdendo a chance de vencer a guerra contra o crime” ou ainda “não importa o crime escolhido, o Brasil está sempre numa posição crítica” (SECCO, 2000, p.132) nos transmitem, por exemplo, a sensação de que o problema é estratégico. Antônio Carlos Magalhães, porta-voz de partidos conservadores como o PFL e senador naquele momento, parecia concordar

com o diagnóstico, sugerindo a intervenção das Forças Armadas<sup>7</sup> no policiamento de rua (SECCO, 2000).

A população ao receber esse diagnóstico procura profilaxias não menos absurdas. O Ministério da Justiça, ao encomendar em 2000 uma pesquisa de opinião para avaliar o impacto da criminalidade na população, constatou que 50% dos moradores das capitais evitavam sair à noite com medo dos assaltantes, 38% já não circulavam por algumas ruas que consideravam perigosas, 24% mudaram o trajeto até a escola ou até o trabalho para se esquivar do contato com os ladrões e 15% da população evitava conversar com estranhos e até mesmo com vizinhos (SECCO, 2000).

Tais comportamentos nos levam à ingênua conclusão de que os bandidos agem preferencialmente à noite, em pontos fixos, geralmente em locais que fazem parte do cotidiano de todos, podendo, em alguns casos, ser nosso próprio vizinho.

Em 2004, pesquisa realizada pelo Datafolha com os moradores de São Paulo às vésperas do aniversário de 450 anos da cidade, também revelou a preocupação dos moradores da cidade com a questão da segurança pública. Violência nas ruas, assaltos, crimes, falta de segurança, medo de bandidos, outras violências. Essas foram as principais respostas dadas pelo paulistano ao pesquisador do Datafolha que perguntou: “Qual a primeira coisa que lhe vem à cabeça quando você pensa na cidade de São Paulo?”. As respostas faziam parte de um encarte produzido pelo instituto de pesquisa sob a identificação “aspectos negativos da cidade”, e correspondeu a 55% das respostas, vale dizer, a maioria absoluta delas. Não só faziam parte como se destacavam: mais de um quarto das respostas (27%) se referiam à falta de segurança como primeira coisa lembrada a respeito de São Paulo (CIDADÃO..., 2004).

Tal preocupação também se refletia no fato de que os moradores da cidade defendiam, naquele momento, medidas mais rígidas no combate ao crime: crescia a defesa da pena de morte e da prisão perpétua e a tolerância com a tortura, por exemplo<sup>8</sup>.

Em 2006, por força dos ataques violentos organizados pela facção criminosa intitulada Primeiro Comando da Capital (PCC), o paulistano se sentiu ainda mais amedrontado. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, para 46% dos paulistanos, os episódios causaram “muito medo” e praticamente a metade dos paulistanos (exatamente 47%) disseram acreditar que os ataques coordenados pelo PCC iriam voltar a ocorrer na cidade. (PARA 85%..., 2006). Naquele momento 88% dos

<sup>7</sup> Até mesmo o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 2000, previa o apoio das Forças Armadas às polícias no combate ao tráfico de drogas.

<sup>8</sup> Chegava a 84% o percentual de brasileiros que defendiam a redução da maioridade penal e 50% os que defendiam a pena de morte; segundo a pesquisa realizada pelo Datafolha em todo o país (CIDADÃO..., 2004).

<sup>6</sup> Sociólogo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD).

brasileiros, segundo pesquisa Datafolha, entendiam que a administração paulista deveria aceitar a ajuda do governo federal e colocar nas ruas tropas do Exército e da Força Nacional de Segurança Pública (GUERRA..., 2006). Na verdade tais ataques produziram verdadeira comoção nacional. Segundo essa mesma pesquisa, a taxa dos que diziam sentir “muito medo” de ser vítima de um ataque do PCC era maior no Rio (63%) do que em São Paulo (57%), apesar da facção criminosa concentrar líderes e alvos no Estado paulista. Como se observa, mesmo sem experimentar a situação violenta, o simples acesso à informação desencadeou o alarme social em locais onde o PCC sequer apresentava ramificações.

Mas o reflexo do medo da violência criminal no imaginário ou no cotidiano das pessoas não para por aí, vale dizer, não é esporádico ou circunstancial. Desde o fim da década de oitenta que esse medo vem crescendo e comprometendo o convívio social. Atualmente os brasileiros tentam se equipar com tudo o que oferece a moderna tecnologia em termos de alimentação, informação, comunicação e lazer, evitando ao máximo sair de casa. Assim, desfrutam os fins de semana entre filmes em dvd, telepizzas, jogos eletrônicos e hora a fio no telefone ou na Internet. Aos que não tem acesso a esse tipo de alternativa solitária e cara, sobra a televisão, com programações pouco ou nada instrutivas.

De fato, como afirma Alba Zaluar (2000, p.251), o aumento real, ou percebido como tal, da violência criminal tem conseqüências no plano simbólico, econômico, político e social. “As novas imagens da cidade não estão mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e as pessoas estão perdendo as velhas virtudes cívicas – civilidade, segurança, tato e confiança.”

Essa mesma população aterrorizada busca equipamentos de segurança cada vez mais eficazes e perigosos para a proteção de suas casas, executivos andam armados, com coletes à prova de balas, e os cursos de defesa pessoal incrementam as várias formas de “violência defensiva”. Além disso, o medo também influencia a escolha de certos bairros ou tipos de moradia considerados mais seguros, acentua os cuidados pessoais com horários, trajetos, meios de locomoção e locais freqüentados.

Essa restrição cada vez maior de liberdade que experimenta o homem amedrontado, é, segundo Zygmunt Bauman (2003, p.10), o preço que se paga pela segurança no mundo atual.

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. [...] Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego?

Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo.

Sobre o tema também escreveu Teresa Pires do Rio Caldeira em pesquisa que deu origem ao livro *Cidade de Muros: Crime Segregação e Cidadania em São Paulo*. A antropóloga revelou algumas formas recentes de segregação espacial oriundas da violência e do medo. Segundo Caldeira (2000), a elite paulistana tem usado o medo da violência e do crime para justificar tanto as novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais de São Paulo.

Evidenciadas a partir dos anos noventa, as transformações urbanas provenientes deste estado de alarme social, produziram um novo padrão de segregação espacial. Justamente no período de consolidação democrática o medo, associado ao crime e à violência, gerou uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção dos muros foi a mais emblemática.

Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõe divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de exclusão e restringem movimentos.

O medo contemporâneo, segundo Bauman (1999, p.55, grifo do autor):

[...] ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no ‘inimigo interior’. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade *como um todo* – como propriedade coletiva e garante coletivo da segurança individual – do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar *dentro* da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções. Bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente – tudo isso para afastar concidadãos indesejados, não exércitos estrangeiros, salteadores de estrada, saqueadores ou outros perigos desconhecidos emboscados extramuros.

Esses “enclaves fortificados”, assim denominados por Caldeira, são espaços fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaços fechados, cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público.

A proliferação de condomínios fechados, por exemplo, coloca em evidência essa cisão social. Segundo o diretor da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), Luiz Paulo Pompéia, de 1999 para 2000 houve um aumento de 100% nos lançamentos de condomínios horizontais na grande São Paulo. O número de empreendimentos subiu de 35 em 1999 para 70 em 2000 e 105 em 2001. Os primeiros condomínios surgiram nos Jardins e na Chácara Flora, bairros considerados nobres em São Paulo. “No começo, eram apenas empreendimentos para classes média e alta. A partir de 1999, passaram a ter padrões diversos, preços variados e se espalharam para a periferia e cidades vizinhas”, relatou Luiz Paulo (GARBIN, 2002).

Um outro exemplo de enclave fortificado é o shopping center. Na década de setenta a cidade de São Paulo contava com sete shoppings centers. Nos anos oitenta esse número subiu para dezesseis e assim progressivamente até que no ano 2000 a cidade já comportava cinqüenta empreendimentos desse porte (ESTUDOS ..., 2000).

Idealizados para concentrar e incentivar o consumo, a opção pelo shopping, atualmente, também está relacionada ao item segurança. A atração por esses ambientes deve-se ainda a fatores como a busca pelo distanciamento do caos urbano e da violência. O fato é que hoje, ir ao shopping pode ter inúmeros significados, como cortar o cabelo, ir ao cinema, ao banco, ao restaurante, dançar, lavar roupas, fazer ginástica e até mesmo estudar. Embora o shopping não esteja totalmente imune a problemas como roubos ou furtos, a população assustada o considera ainda mais seguro do que as ruas da cidade.

Esses enclaves representam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. Privatização, cercas, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante. No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes ou negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza a desigualdade e a separação, sendo, portanto, um espaço público não-democrático.

Essa “secessão dos bem-sucedidos” é, segundo Bauman (1999, p.54), o retrato “[...] da suspeita em relação aos outros, da intolerância face à diferença, do ressentimento com estranhos e da exigência de isolá-los e bani-los.”, tudo também refletido “na preocupação histórica, paranóica com a ‘lei e a ordem’”. Nas palavras de Bauman (2001) é a busca pela “segurança apesar dos outros, no lugar da segurança com os outros”.

Essa cultura do medo também gera alguns tipos de discriminação relacionados especificamente ao perfil criminoso. Baseadas quase sempre em informações equivocadas, acabam por estigmatizar grupos considerados perigosos pela tradição criminosa associada ora pela etnia, ora pelo local de moradia, ora pela condição financeira etc. Seriam as clássicas afirmações de que negros e pobres são mais propensos ao crime. No caso da violência criminal, exatamente como atesta o ILANUD (1998, p.01), percebe-se que os grupos sociais mais vitimizados são aqueles socialmente excluídos, desprovidos dos símbolos que caracterizam o “cidadão de bem” e revestidos pelos signos da marginalidade (pobreza, juventude, afro-descendência, morador da periferia da cidade etc.).

Ressalta-se que a imprensa tem parcela significativa de responsabilidade nessa estigmatização. No caso específico da violência criminal o processo de produção da informação, por um lado, não reflete a realidade e a intensidade dos eventos que deveria recobrir; por outro, ajusta-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade contemporânea hegemonicamente retém em seu imaginário.

A cobertura de atos e conflitos violentos pela imprensa, assim como todo fato jornalístico, tornou-se cada vez mais tempestiva e de maior alcance. Uma das características marcantes do fim do século XX foi a implantação de uma rede planetária de telecomunicações e de informações.

Essa amplitude e rapidez na informação deveriam, em princípio, informar melhor o cidadão sobre os problemas que o atingem e sobre o debate acerca das soluções para os mesmos. No entanto, o que se observa é que o acúmulo de conhecimento em algumas áreas científicas, tecnológicas e de interesse dos cidadãos ou não está acessível, ou pertence ao mundo hermético dos entendidos, deixando em total desinformação parcelas majoritárias da população. Por sua vez, temas de caráter público chegam ao conhecimento dessa população privatizados por interesses econômicos, quando não são espetacularizados pela tendência ontológica da imprensa de transformar o que for possível em entretenimento, novidade e sensação (MINAYO et al., 1997).

A crescente visualização de episódios violentos nas duas últimas décadas fez com que, no Brasil, o noticiário sobre a violência migrasse dos seus tradicionais redutos editoriais e nos jornais especializados em crimes, e ganhasse destaque, de maneira generalizada, em todos os meios de comunicação.

Uma pesquisa de mestrado, feita em 1992 por Maria Tereza da Costa, analisou o que se poderia chamar de precursor do jornalismo policial: o Programa Gil Gomes, que era transmitido pela rádio Record de São Paulo. A pesquisa, posteriormente publicada sob o título O Programa Gil Gomes – A Justiça em Ondas Médias, fazia

uma análise da receptividade do público, através de cartas dos ouvintes. Segundo a pesquisadora esse programa jornalístico criava uma estória e a dramatizava a partir de crimes do cotidiano. O apresentador revestia de ficção a realidade vivida por pessoas das classes populares, ao recontar de forma melodramática o cotidiano que as envolvia. As cartas de ouvintes como donas de casa, empregadas domésticas, presidiários e policiais, além de mostrar indignação pela crescente criminalidade urbana, buscavam opinar sobre as possíveis causas da violência. (COSTA, 1992).

De fato, programas jornalísticos como esse, que davam ao problema da violência criminal uma roupagem novelística, começam justamente quando o discurso da explosão de criminalidade toma conta do imaginário social. Nesse contexto alarmante a notícia sobre violência começou a não só informar como a emocionar, estimulando a curiosidade, a intolerância e, por fim, o próprio medo.

Ao analisarmos a cobertura jornalística<sup>9</sup> dada à criminalidade violenta no município de São Paulo, nosso espaço eleito para observação, verificamos que a maioria das informações sobre violência é acolhida acriticamente, como tema de notícias e matérias curiosas, de disfunção social, cotidianamente transformada em relatos jornalísticos sensacionalistas, por suas características potencialmente dramáticas e aterrorizantes. As manchetes<sup>10</sup> da imprensa relativas ao crime, em todo o período estudado, abordavam a questão de maneira alarmante:

**“São Paulo, capital do medo”** (SÃO PAULO..., 1980).

**“Medo e insegurança dominam a cidade:** A população de São Paulo vive acoçada pelo medo e pela insegurança. Ela tem medo de ser assaltada, mas tem tanto medo do assaltante quanto da polícia.” (MEDO..., 1980).

**“Violência:** A vida vale cada vez menos em São Paulo, um dos três lugares onde mais se mata no mundo” (VIOLÊNCIA...,1981).

**“100 mil assaltantes nas ruas:** trombadinhas, ladrões de residência, lojas, bancos, automóveis. Essa é a maior preocupação da polícia paulista” (100 MIL..., 1984).

**“A convivência com a criminalidade:** Segurança, preocupação de uma sociedade marcada pelo medo” (STRAUSS, 1984).

<sup>9</sup> Para esta análise foram selecionadas alguns periódicos menores, como o Jornal da Tarde, além de duas revistas e dois jornais de grande circulação: Revista Veja, Revista Isto É, Jornal Folha de São Paulo e Jornal O Estado de São Paulo.

<sup>10</sup> As manchetes estão destacadas em negrito.

**“Guerra urbana:** São Paulo de mãos ao alto” (FAUSTO, 1985).

**“Medo:** assaltos, crimes, violência. O Galup garante: a insegurança continua a maior preocupação dos paulistas” (MEDO... , 1985).

**“Violência nas ruas assusta 43% das crianças”** (VIOLÊNCIA..., 1991).

**“Violência em escalada crescente”** (VIOLÊNCIA..., 199).

**“Medo de seqüestros leva ricos a se refugiarem no exterior”** (MEDO..., 1993).

**“Homicídios em SP crescem 31% em um ano:** Secretário estadual de Segurança Pública afirma que o aumento da violência é um fenômeno mundial” (HOMICÍDIOS..., 1994).

**“Crimes assustam moradores dos Jardins:** Duas tentativas de assassinato em assaltos fazem moradores de bairro da zona oeste comprar carro para a polícia” (ALENCAR, 1995).

**“Falta de segurança assusta a população:** Moradores pedem mais rondas policiais nas ruas e candidatos apostam em maior participação da Prefeitura no policiamento, com municipalização de corporações ou segurança comunitária” (FALTA ..., 1996).

**“Socorro!** A violência ultrapassa todos os limites e a população de São Paulo vive clima de total paranóia” (NASCIMENTO; ALCALDE, 1997).

**“Sem saída:** diante de uma guerra civil não declarada, refém de uma polícia despreparada e à mercê de governos sem políticas de combate à violência, brasileiros indefesos vivem entre o medo e a revolta” (ALVES FILHO; FILHO; HELENA, 1998).

**“Infrações violentas aumentam”** (INFRAÇÕES..., 1999).

**“Insegurança sem limite”** (DIMENSTEIN, 1999, p.C3).

“**Um cotidiano de guerra** : apavorado com a expansão da violência, o brasileiro evita sair de casa e adota estratégias para sobreviver à criminalidade nas grandes cidades” (WEIS, 2000, capa).

“**A cada 35 horas, um paulista é seqüestrado**: Resgates de R\$ 500 e escolha aleatória de vítimas revelam banalização do crime” (ALESSANDRO; COLUCCI, 2001, p.C1).

“**Seqüestro cresce mais de 300% em 11 meses**: O número de seqüestros em São Paulo, de janeiro a novembro deste ano, é 324% maior que o número de casos em todo o ano de 2000” (SEQÜESTRO..., 2001).

“**Procura por segurança pessoal cresce 30%, diz setor**: O medo de ser ‘a próxima vítima’ fez a procura pelos serviços de segurança pessoal aumentar cerca de 30% de setembro de 2001 até o início deste ano no Estado de São Paulo” (PROCURA..., 2002).

“**Medo muda rotina de 74% em São Paulo**: Pesquisa do Datafolha mostra que maioria dos paulistanos evita locais, ruas e pessoas por insegurança; índice cresce 16 pontos em dois anos” (MEDO..., 2002).

“**Violência apavora mais os brasileiros**: Para 21% da população, criminalidade é o principal problema do país; em dezembro, tema preocupava 10%” (CORRÊA; SINIZ, 2002).

“**Arquitetura do medo cresce em SP e no Rio**: cidadãos se ‘encarceram’ nas casas como proteção contra a violência” (ARRUDA, 2003, p.E1).

“**Guerra urbana**: dez bases da Polícia Militar e uma da Guarda Civil Metropolitana foram alvos de atentados em São Paulo” (GUERRA..., 2003).

“**Permanência do medo – Cidadão vê violência como 1º problema**: A falta de segurança continua sendo o principal foco de preocupação de quem vive em São Paulo: é apontada como a primeira idéia que surge na cabeça e a maior desvantagem para quem enfrenta o cotidiano da metrópole” (PERMANÊNCIA..., 2004).

“**A segurança pública e o combate ao crime**: Forte é o sentimento de insegurança que existe no inconsciente da população brasileira, dos mais pobres aos mais ricos” (ITAGIBA, 2004, p.E3).

“**Registro de crimes sobe no governo Lula**: Total de ocorrências registradas subiu 18% em 2003; maior aumento envolve delitos contra o patrimônio e relacionados a drogas” (DANTAS, 2004).

“**São Paulo tem 140 seqüestros relâmpagos por mês**: Essa é a média de casos apontada em levantamento informal da Polícia Civil; em janeiro ocorreram 145 registros” (SÃO PAULO ..., 2005).

“**Latrocínio aumenta 85% na capital**: crime de latrocínio (roubo seguido de morte) na cidade de São Paulo aumentou 85% no segundo trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado” (HISAYASU, 2005).

“**São Paulo registra três estupros por dia**” (SÃO PAULO..., 2006).

“**Subiram índices de homicídios, seqüestros e roubos a bancos.**” (SUBIRAM..., 2006).

Como se observa a informação sobre a criminalidade nesse período foi, e ainda é, transmitida dentro de uma ótica de “informação espetáculo”. A reportagem policial presente nos principais jornais de São Paulo exploraram a criminalidade, durante todo o intervalo pesquisado, ressaltando fatos violentos de forma sensacionalista, intensificando, assim, o medo e a insegurança.

Tal constatação ficou também evidente durante a cobertura jornalística dos ataques orquestrados pelo PCC em maio de 2006 na capital paulista. “Os meios de comunicação de massa divulgaram incessantemente os ataques que ocorreram em São Paulo, capital e região. Ônibus queimados, bancos destruídos, distritos e viaturas policiais metralhadas foram as imagens repetidas massivamente”(CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE [CMI], 2006) .

Segundo o jornal Folha de São Paulo, o medo elevou também “o Ibope” das redes de TV. Quase todos os canais investiram em programas especiais, reavivando noite adentro o conturbado dia dos paulistanos. O Brasil Urgente, de José Luiz Datena, por exemplo, quadruplicou seus espectadores no horário, atingindo a maior marca desde a estréia do programa, em 2001. Em edição extra do Rede TV! News, Marcelo Rezende entrevistou por telefone o coronel da reserva da Polícia Militar Ubiratan Guimarães, chefe da invasão do Carandiru que, em 1992, resultou no massacre de

ao menos 111 detentos. O programa aproveitou para debater temas como pena de morte e prisão perpétua (MUNIZ, 2006).

O resultado foi novamente o medo disseminado, legitimando ações violentas da polícia e a interrupção das atividades normais do dia-dia. Parte do comércio fechou, os colégios e universidades suspenderam suas aulas, o transporte público funcionou apenas parcialmente e o trânsito se intensificou. Um pânico geral foi criado e, pior, as notícias, acompanhadas de opiniões alarmistas, induziram a sociedade civil a uma interpretação viciada dos fatos, reduzindo-os a uma guerra maniqueísta do bem contra o mal. A sociedade paulista, perplexa com os ataques, foi incapaz de perceber que as ramificações criminosas só atingiram essa complexidade e amplitude graças à inércia do Estado, tanto no combate ao crime organizado, quanto na administração prisional.

Na imprensa, por sua vez, o que se viu foram notícias que apelaram para o medo e que abertamente exigiram “pulso forte” das autoridades. Enfim, exigiu-se, mais uma vez, uma reação violenta, aniquiladora e antidemocrática do Estado<sup>11</sup>.

Alba Zaluar (2000, p.247) atesta que o espaço conquistado na mídia, nos últimos anos, pela violência criminal, não fugiu às ambivalências que caracterizam os poderosos meios de comunicação hoje existentes, propiciadas pelo interesse que o tema desperta no seu público.

Se a divulgação rápida tem permitido informar o público e capacitá-lo para pensar a respeito do que acontece, muitas vezes tem se chegado perto da vulgarização, que distorce a informação e confunde mais do que esclarece. As notícias de violência tornaram-se mercadorias. Elas vendem bem o veículo, quanto mais sensacionalistas e impactantes forem. Em veículos que passam um discurso de seriedade, o próprio conceito de violência tem sido usado de maneira abusiva para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente ruim ou ideologicamente condenável, resultando disso a confusão entre violência, desigualdade social, miséria e outros fenômenos.

<sup>11</sup> Medidas que advogam o endurecimento penal, com maior criminalização de condutas, aumento do tempo de encarceramento e severidade na execução da pena, não diminuem a taxa de criminalidade. Esse controle social marcado pela violência punitiva traz maior severidade, muitas vezes ferindo direitos e garantias fundamentais do indivíduo (como a lei dos crimes hediondos, por exemplo), sem, contudo, contribuir para uma diminuição da violência criminal. Grande parte da ciência jurídica há décadas vem reforçando a tese de que para ser eficaz e democrático o Direito Penal deve ser mínimo, ou seja, destinado a atuar apenas nos casos de grave lesão (ou ameaça) a bens jurídicos fundamentais para a sociedade. Isso significa dizer que políticas criminais, de segurança pública e penitenciárias devem, necessariamente, de forma intransigente até, respeitar a dignidade humana e os direitos fundamentais. Devem também ser eficientes, atingindo verdadeiramente as causas dos problemas que enfrentam, sem apelar para soluções simbólicas e demagógicas.

Bauman (1999, p. 126, grifo do autor) articula sua crítica de forma semelhante:

O que quer que se possa fazer a respeito da segurança é incomparavelmente mais espetacular, visível, “televisível”, que qualquer gesto voltado para as causas mais profundas do mal-estar mas – pela mesma razão – menos palpáveis e aparentemente mais abstratas. O combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá um excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível. Os produtores e redatores dos meios de comunicação de massa estão bem conscientes disso.

Essa foi exatamente uma das conclusões do debate que reuniu em maio de 2005, na capital paulista, jornalistas e pesquisadores em torno do relatório “Mídia e violência – como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil”. A pesquisa, feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes com nove jornais das três capitais, em 2004, mostrou que 64% das reportagens analisadas apenas descreviam um fato violento ou um crime, sem questionar a eficácia das políticas de segurança. (MUNIZ, 2006).

O fato é que a informação assume importância de acordo com a forma pela qual é compreendida pela sociedade. Essa compreensão, todavia, pode ser manipulada por interesses que perpassam diluídos nos discursos veiculados na imprensa. As noções das pessoas sobre criminalidade, por exemplo, nem sempre correspondem à realidade, pois são, em grande parte, influenciadas pela forma como a imprensa falada e escrita tratam o tema. Existe geralmente uma distorção na percepção da população sobre criminosos e criminalidade, causada, entre outros fatores, pelo preconceito social; pela ênfase da imprensa em certos tipos de crimes de interesse jornalístico; pelo contato com programas televisivos sobre o tema ou ainda pela exploração política do tema da segurança pública.

Conforme atesta o ILANUD (1998), esses e outros fatores fazem com que a percepção popular do crime guarde frequentemente pouca relação com a realidade. Alguns exemplos corriqueiros de distorções: negros e migrantes são superestimados na população carcerária e entre os grupos criminosos; crimes violentos e contra a pessoa são superestimados com relação ao seu montante; os “índices de criminalidade” são sempre percebidos numa espiral ascendente e jamais descendente; porcentagem de “menores” envolvidos nos crimes é superestimada; porcentagem de crimes cometidos sob a influência de drogas é superestimada; violência doméstica é subestimada etc.

A lista é longa e tais distorções, desnecessário dizer, não são acidentais. A questão fica mais clara quando observamos não só a magnitude, mas também o “sentido” da distorção, isto é, se ela é subestimada ou superestimada. Não é

casual que os grupos de status negativamente privilegiados – negros, migrantes, desempregados, viciados – tenham sua participação nos crimes, invariavelmente, superestimada. Os crimes domésticos são camuflados e os cometidos por pessoas “de fora” são evidenciados porque vão contra a noção corrente de que o perigo vem dos outros e não de nós mesmos.

Além disso, tais distorções também preservam a dominação de classe que invariavelmente convive e de certa forma se sobrepõe às demais. Mesmo Bauman (1999, p. 131-132, grifo do autor) atenta para o fato de que a punição para as ações mais prováveis de serem cometidas por pessoas excluídas da ordem atual, pelos “pobres diabos tiranizados”, têm a melhor chance de aparecer no código criminal.

Roubar os recursos de nações inteiras é chamado de “promoção do livre comércio”; roubar famílias e comunidades inteiras de seu meio de subsistência é chamado “enxugamento” ou simplesmente “racionalização”. Nenhum desses feitos jamais foi incluído entre os atos criminosos passíveis de punição. [...] Só em casos raros e extremos os “crimes empresariais” são levados aos tribunais e aos olhos do público. Fraudadores do fisco e autores de desfalques têm uma oportunidade infinitamente maior de acordo fora dos tribunais do que os batedores de carteira ou assaltantes.

Aqui no Brasil tal fato já havia sido abordado por Oliven no começo dos anos oitenta. No artigo “Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil”, Oliven (1981) chamava a atenção para o fato de que os grupos dominados eram freqüentemente, muito mais vítimas que responsáveis pela violência em nossas cidades, no entanto eram os mais perseguidos pelo sistema penal e o que mais recebiam punição.

Ao gerar essas informações distorcidas e estereotipadas sobre violência, a imprensa reproduz, de certo modo, um processo de dominação que reduz o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e induz a coletividade a aceitar, e em alguns momentos até mesmo reivindicar, políticas públicas simbólicas e igualmente equivocadas: orientações para tratar com maior rigor os migrantes e pobres, criação de grupos táticos casuais para crimes em evidência, leis mais repressivas contra toda espécie de criminoso ou mesmo contra adolescentes etc.

Tais políticas ao abordarem simbolicamente o tema, ou seja, pregando apenas a necessidade de leis mais severas ou do trato mais truculento com o criminoso, acabam por abafar a responsabilidade do Estado e da União não só no combate ao crime mas também na sua prevenção e no controle prisional efetivo.

Toda essa exploração contribui não só para a rejeição social aos princípios democráticos como também perpetua a ineficácia de um serviço público fundamental que é o da segurança. A angústia é o sentimento contemporâneo e a insegurança

social um instrumento sutil de dominação que nos torna vítimas do descaso público estatal. A sociedade, manipulada ideologicamente, olha o criminoso com fúria e exige soluções autoritárias que, além de antidemocráticas, são pouco ou nada eficazes.

Como revela Elizabeth Rondelli (apud PEREIRA et al., 2000, p.18), a imprensa está muito mais voltada a entreter que a informar, tem seus próprios critérios de relevância, e, assim, o tema da violência pode ser politizado ou despolitizado em função do reforço e da ampliação dos estereótipos sociais.

Todo esse tratamento tendencioso e demagógico dado pela imprensa ao problema da violência criminal pode, portanto, ser interpretado como a reprodução do ideal politicamente dominante de rigor no que se refere às questões de segurança pública.

Sobre o assunto afirma Muniz Sodré (1992) que a imprensa, mesmo sem a admissão da hipótese de uma influência todo-poderosa sobre as consciências, pode – pela circulação de signos e pelo recalçamento de certas realidades – intervir nas eventuais “crises de hegemonia” que sobrevêm ao estamento dominante, num país como o Brasil<sup>12</sup>.

Assim, o clima de insegurança passado pela imprensa, no tocante à violência criminal, de certa forma, garante a manutenção do ideal dominante. Valendo-se crescentemente do arbítrio, esse ideal se fortalece à medida que adquire legitimidade para decidir quem é nocivo e qual o melhor jeito de eliminá-lo em nome da segurança pública.

À imprensa, portanto, cabe uma destacada contribuição na desqualificação das informações sobre violência, uma vez que ocupa na sociedade contemporânea um papel importante como mediadora social, como agente de socialização e como meio de irradiação de ideais políticos. Não se pode mais admitir aqui a idéia de uma imprensa neutra, ela é a principal “testemunha pública” dos fatos (conferindo-lhes veracidade) e, por fim, tem a capacidade de operar como produtora do consenso, sendo daí que decorre sua força hegemônica.

Enfim, o que se observa hoje é uma verdadeira cultura do medo, onde a busca pela proteção contra o crime torna-se, ao mesmo tempo, obsessão e produto. Os valores legitimados pela coletividade que surgem em decorrência dessa cultura, começam a aparecer de forma sutil, como em pesquisas de opinião e manchetes sensacionalistas, para rapidamente se cristalizarem nas mais variadas formas de comportamento segregantes, ações discriminatórias e políticas públicas autoritárias.

<sup>12</sup> Para Sodré (1992), essa “crise” não tem aqui o sentido que lhe atribui o marxismo gramsciano de “crise revolucionária” pela qual as classes dirigentes tentam tornar-se classes dominantes, mas de pura busca de coerência, legitimidade e consenso por parte do grupo dominante junto aos demais grupos sociais.

Verifica-se, atualmente, que a exigência fundamental desta sociedade aterrorizada é um rigor punitivo traduzido em penas severas para os transgressores e a criminalização generalizada de condutas. A cultura do medo que se criou em torno da criminalidade provoca um generalizado desejo de punição, uma intensa busca de repressão e uma obsessão por segurança. A repressão passa a ser a “tábua de salvação” da sociedade e quanto maior for a sua dureza, mais satisfeita ela estará. A segurança torna-se plataforma política e algumas vezes a causa da derrocada de um governo. A promessa é sempre o rigor.

Sobre esse tema vale destacar o estudo feito pelo sociólogo americano Barry Glassner (1999, p.XI) e que nos remete à reflexão central deste artigo. Glassner afirma que nunca na história foi tão seguro viver, a longevidade bate recordes sucessivos, mas nunca o homem se sentiu tão inseguro. “Vivemos um dos períodos mais seguros da história da humanidade, mas somos tomados por medos exagerados”. Nos EUA, segundo o sociólogo, as taxas de criminalidade são as mais baixas em 30 anos, mas o medo da violência está nas alturas. Em seu livro faz um alerta adequado à realidade brasileira: “Um dos paradoxos da cultura do medo é que ignoramos problemas sérios, que realmente geram perigo. O crescente abismo entre riqueza e pobreza mata muito mais do que doenças do coração, câncer ou assassinatos.”

Assim, conclui-se que pouca legitimidade pode se dar à opinião pública associada à criminalidade justamente por ser pública apenas sua propagação. Essa opinião não traduz o pensamento de toda a sociedade, e mesmo aqueles que comungam dessa opinião podem estar reproduzindo uma ideologia de dominação.

Verifica-se, portanto, que o medo e a insegurança não têm raízes diretas na criminalidade urbana. O medo se associa à criminalidade através de uma via simbólica. Ele surge de uma utilização político-ideológica da insegurança, e se solidifica em um ambiente de desorganização social, alienação e isolamento. O que significa que os dois problemas, criminalidade e medo, não se condicionam reciprocamente. A confusão, nesse caso, “serve às ideologizações, mas jamais à elaboração de políticas públicas eficientes.” (SOARES et al., 1996, p. 88).

Aqui é oportuna também a orientação do sociólogo Alessandro Baratta (ap. RAMOS, 1994, p. 24). Para ele “a resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de ser ‘espectadores’ dos meios de comunicação e da política como espetáculo, para serem atores.” Nesse sentido, a sociedade civil tem que se fortalecer para poder identificar seus reais problemas e a intensidade deles, bem como poder visualizar a forma mais igualitária e menos violenta de resolvê-los.

Quando a cidadania não é compreendida de forma plena pela sociedade, ela não identifica claramente seus reais problemas, ficando refém do medo. É necessário

portanto, não só políticas de segurança adequadas, mas um amadurecimento político que faça com que a sociedade civil brasileira reconheça a relação direta da extrema injustiça social que cotidianamente reproduz com os índices de violência que experimenta.

### ***FEAR AND PUBLIC OPINION IN CONTEMPORARY BRAZIL***

**ABSTRACT:** *This article reports on analyses and conclusions formulated from comments made on criminal violence in the recent democratic period of national history that had originated the master degree text entitled Culture of Fear: Reflections on Criminal Violence, Social Control and Citizenship in Brazil. This research has made possible pertinent reflections regarding the public opinion related to security, also serving for an ethical questioning on the importance of the participative citizen in the consolidation of the Brazilian democracy and on new existing forms of domination in our society. By detaching the manner in which the fear of criminal violence intervenes with our contemporary social relations we sought to identify it as a recent instrument of domination in the universe of politics.*

**KEYWORD:** *Fear. Violence. Crime. Public opinion. Democracy.*

### REFERÊNCIAS

ALENCAR, K. Crimes assustam moradores dos Jardins: duas tentativas de assassinato em assaltos fazem moradores de bairro da zona oeste comprar carro para a polícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1995. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 18 jul. 2000.

ALESSANDRO, S. C.; COLUCCI, S. C. A cada 35 horas, um paulista é seqüestrado: resgates de R\$ 500 e escolha aleatória de vítimas revelam banalização do crime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.C1, 11 nov. 2001.

ALVES FILHO, F.; FILHO, A.; HELENA, L. Sem saída: diante de uma guerra civil não declarada, refém de uma polícia despreparada e à mercê de governos sem políticas de combate à violência, brasileiros indefesos vivem entre o medo e a revolta. **Isto É**, São Paulo, n.1508, capa, 26 ago.1998.

ARRUDA, A. Arquitetura do medo cresce em SP e no Rio: cidadãos se ‘encarceram’ nas casas como proteção contra a violência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 maio 2003. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

VIOLÊNCIA em escalada crescente. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 26 fev. 1992. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34: EDUSP, 2000.

100 MIL assaltantes nas ruas. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 09 abr. 1984. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE [CMI]. Disponível em: <[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)>. Acesso em: 16 maio 2006.

CERVINI, R. **Os processos de descriminalização**. Tradução de Eliana Granja et al. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

CIDADÃO aponta a violência como 1º problema. **Folha On line**, São Paulo, 25 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2006.

CORRÊA, S.; SINIZ, M. Violência apavora mais os brasileiros: para 21% da população, criminalidade é o principal problema do país; em dezembro, tema preocupava 10%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2002. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 20 jul. 2002.

COSTA, M. T. **O programa Gil Gomes**: a justiça em ondas médias. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

DANTAS, I. Registro de crimes sobe no governo Lula: total de ocorrências registradas subiu 18% em 2003; maior aumento envolve delitos contra o patrimônio e relacionados a drogas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 out. 2004. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIMENSTEIN, G. Insegurança sem limite. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.C3, 19 dez. 1999.

ESTUDOS Empresariais Ltda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2000. Guia da Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 18 jul. 2000.

FALTA de segurança assusta a população: moradores pedem mais rondas policiais nas ruas e candidatos apostam em maior participação da prefeitura no policiamento, com municipalização das corporações ou segurança comunitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 set. 1996. Caderno Seu Bairro. Disponível em: <<http://www.estado.com.br>>. Acesso em: 13 jun. 2002.

FAUSTO, M. Guerra urbana: São Paulo de mãos ao alto. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 29 jan. 1985. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

GARBIN, L. Mercado imobiliário se agita com novas “vilas”: empreendedores vendem rapidamente unidades de condomínios horizontais em toda a cidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.estado.com.br>>. Acesso em: 13 jun. 2002.

GLASSNER, B. **The culture of Fear**: why americans are afraid of the wrong things. New York: Basic Books, 1999.

GUERRA urbana: 88% querem presença do exército em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2006. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

GUERRA urbana: dez bases da Polícia Militar e uma da Guarda Civil Metropolitana foram alvos de atentados em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2003. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

HISAYASU, A. Latrocínio aumenta 85% na capital: crime de latrocínio (roubo seguido de morte) na cidade de São Paulo aumentou 85% no segundo trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 ago. 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

HOMICÍDIOS em SP crescem 31% em um ano: Secretário estadual de Segurança Pública afirma que o aumento da violência é um fenômeno mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo,

14 jun. 1994. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 18 jul. 2000.

INFRAÇÕES violentas aumentam. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 dez. 1999. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 18 jul. 2000.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS [ILANUD] Criminalidade e Meios de Comunicação. **Boletim Conjuntura criminal**, São Paulo, ano 1, n.2, ago. 1998.

ITAGIBA, M. A segurança pública e o combate ao crime: forte é o sentimento de insegurança que existe no inconsciente da população brasileira, dos mais pobres aos mais ricos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 maio 2004. Opinião, p.E3.

KAHN, T. A expansão da segurança privada no Brasil: algumas implicações teóricas e práticas. In. **Boletim Conjuntura Criminal**, São Paulo, ano 2, n.5, jan.1999.

KOWARICK, L.; ANT, C. Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo In: BOSCHI, R. R. (Org.). **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 29-74. (Série Debates Urbanos).

MEDO muda rotina de 74% em São Paulo: pesquisa do Datafolha mostra que maioria dos paulistanos evita locais, ruas e pessoas por insegurança; índice cresce 16 pontos em dois anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2002. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 20 jul. 2002.

MEDO de seqüestros leva ricos a se refugiarem no exterior. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 1993. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

MEDO: assaltos, crimes, violência. O Galup garante: a insegurança continua a maior preocupação dos paulistas. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 31 maio 1985. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

MEDO e insegurança dominam a cidade: A população de São Paulo vive acoitada pelo medo e pela insegurança. Ela tem medo de ser assaltada, mas tem tanto medo do assaltante quanto da polícia.. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1980. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

MINAYO, M. C. S. et al. A produção da (des) informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.405-414, jul./set.1997.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNIZ, D. Medo em São Paulo alavanca audiência de TVs. **Folha On line**, São Paulo, 16 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 18 maio 2006.

NASCIMENTO, G.; ALCADE, L. Socorro! A violência ultrapassa todos os limites e a população de São Paulo vive clima de total paranóia. **Isto É**, São Paulo, n.1603, capa, 17 dez.1997.

PEREIRA, C. A. M. et al. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PERMANÊNCIA do medo – Cidadão vê violência como 1º problema: a falta de segurança continua sendo o principal foco de preocupação de quem vive em São Paulo: é apontada como a primeira idéia que surge na cabeça e a maior desvantagem para quem enfrenta o cotidiano da metrópole. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2004. Caderno Especial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

PINHEIRO, P. S. et. al. **Continuidade autoritária e construção da democracia**. São Paulo: NEV/USP, 1999. Projeto integrado de pesquisa.

PROCURA por segurança pessoal cresce 30%, diz setor: O medo de ser ‘a próxima vítima’ fez a procura pelos serviços de segurança pessoal aumentar cerca de 30% de setembro de 2001 até o início deste ano no Estado de São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2002. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 20 jul. 2002.

OLIVEN, R. G. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (Org.). **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p.21-28. (Série Debates Urbanos).

PARA 85%, a violência afetou a rotina da família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 maio 2006. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

RAMOS, S. (Org.). **Mídia e violência urbana**. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

SÃO PAULO registra três estupros por dia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 maio 2006. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

SÃO PAULO tem 140 seqüestros relâmpagos por mês: Essa é a média de casos apontada em levantamento informal da Polícia Civil; em janeiro ocorreram 145 registros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

SÃO PAULO, capital do medo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 1980. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

SECCO, A. Socorro: Um assassinato a cada 13 minutos. A criminalidade bate recorde, apavora a sociedade e os governantes não conseguem vencer os bandidos. **Veja**, São Paulo, n.23, p.132-139, jun. 2000.

SEQÜESTRO cresce mais de 300% em 11 meses: O número de seqüestros em São Paulo, de janeiro a novembro deste ano, é 324% maior que o número de casos em todo o ano de 2000. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2001. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 20 jul. 2002.

SOARES, L. E. et al. Uma radiografia da violência no Rio de Janeiro. In. BENGEMER, M. C.; BARTHOLO, R. S. (Org.). **Violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996. p.78-89.

SODRÉ, M. **A Comunicação do Grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

STRAUSS, J. V. A convivência com a criminalidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1984. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 20 jul. 2002.

SUBIRAM índices de homicídios, seqüestros e roubos a bancos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 ago. 2006. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 14 set. 2006.

VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

VIOLÊNCIA nas ruas assusta 43% das crianças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1991. Caderno Cotidiano. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

VIOLÊNCIA: A vida vale cada vez menos em São Paulo, um dos três lugares onde mais se mata no mundo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1981. Disponível em recortes no Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In. SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. v.4. p.247-318.

WEIS, B. Um cotidiano de guerra: Apavorado com a expansão da violência, o brasileiro evita sair de casa e adota estratégias para sobreviver à criminalidade nas grandes cidades. **Isto É**, São Paulo, n.1585, p.52-56, 12 fev. 2000.